

LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017****EXCLUSIVO PARA ME E EPP (ART. 48, I da LC 123/2006) -**

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 4ª REGIÃO - MINAS GERAIS (CRP/04) leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 3.555/2000, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL destinada exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar n.º 123/2006**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL 005/2017:**DIA: 07/11/2017 (terça-feira)****HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)****LOCAL DO PREGÃO: Sede do CRP/04, Rua Timbiras, 1532, 6º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-061, Telefone: (31)2138-6767/ compras@crp04.org.br**

Os licitantes e demais interessados poderão obter cópia do presente instrumento convocatório, que é vinculado ao **Processo Administrativo de prestação de serviço n.º 005/2017**, na sede do CRP/04, junto ao Setor de Compras e Licitação, no horário das 09:00h às 18:00h, em dias úteis, ou no *site* do CRP/04: www.crpmg.org.br. A sede do CRP/04 fica situada na Rua Timbiras, n.º 1.532, 6º andar, bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-061.

A pregoeira do certame e a respectiva equipe de apoio foram nomeadas por meio da Portaria CRP/MG 08/2017, cuja íntegra está disponível no sítio eletrônico do CRP/MG.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. Fica estabelecido, para fins de julgamento, o **menor preço por item** da proposta comercial, cujo formato deverá seguir o modelo apresentado no ANEXO II, parte integrante deste edital.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão presencial a aquisição de canetas customizadas e pastas institucionais, conforme descrito no Anexo I.

2.2. A descrição do objeto a ser adquirido está fixada no **TERMO DE REFERÊNCIA**, que integra este instrumento como Anexo I.

2.3. A aquisição do objeto deverá cumprir as previsões e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste instrumento convocatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa do CONTRATANTE necessária ao adimplemento de sua obrigação financeira originária deste certame correrá à conta da dotação orçamentária nº **6.2211010403001018 - Materiais de Distribuição Gratuita**.

4. INFORMAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. As dúvidas surgidas quanto à interpretação dos termos deste instrumento, pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocolizadas, exclusivamente, na sede deste Conselho e dirigidas à Pregoeira do CRP/04.

4.1.1. As dúvidas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolizados em até 02 (dois) dias úteis antes da sessão pública do Pregão Presencial, no seguinte endereço:

**AOS CUIDADOS DA PREGOEIRA - CRP/04
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017
RUA TIMBIRAS, Nº 1.532- 6º ANDAR**

**BAIRRO: LOURDES - BELO HORIZONTE/MG
CEP: 30.140-061.**

OBS.: A Pregoeira não se responsabiliza por solicitações de esclarecimentos e impugnações encaminhadas pelos correios, por e-mail, ou por outro meio diferente do indicado no item 4.1.1.

5. PRAZO PARA A ENTREGA DO OBJETO LICITADO

5.1. A entrega do objeto licitado neste PREGÃO PRESENCIAL será de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente os interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006.

6.2. Os interessados deverão apresentar ao pregoeiro, na sessão pública designada no preâmbulo deste Edital:

6.2.1. Declaração de que cumprem os requisitos de habilitação (Anexo IV) - **EM SEPARADO DOS ENVELOPES "PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO"**;

6.2.2. Documentos para credenciamento indicados no item 7.1 - **EM SEPARADO DOS ENVELOPES "PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO"**;

6.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo VII) **EM SEPARADO DOS ENVELOPES "PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO"**;

6.2.4. Envelope contendo sua proposta, conforme Anexo II (envelope "Proposta Comercial");

6.2.5. Envelope contendo os documentos exigidos para habilitação, conforme Anexo III (envelope "Documentação");

6.3. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

6.3.1. Pessoa jurídica da qual participe, direta ou indiretamente, empregado e/ou Conselheiro do CRP/04;

6.3.2. Pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio;

6.3.3. Quem estiver sob falência, concordata, dissolução, recuperação judicial e/ou no cumprimento de penalidade aplicada pelo CRP/04 em processo administrativo que impeça a participação no procedimento de licitação;

6.3.4. Cooperativas de mão de obra, nos termos do Acórdão TCU 724/2006.

7. DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

7.1. No local, data e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a pregoeira dará início ao credenciamento do representante legal, que deverá identificar-se e comprovar possuir os necessários poderes para formulação de propostas, lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Para tanto, será indispensável a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade (ORIGINAL E CÓPIA);

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica (ORIGINAL E CÓPIA AUTENTICADA);

c) Prepostos e representantes comerciais deverão apresentar procuração particular ou carta, estabelecendo poderes para representar a licitante, expressamente quanto à formulação de propostas, lances verbais, interposição ou desistência de recursos, ambas acompanhadas de um dos documentos citados na alínea "b", conforme o caso, ou ainda procuração por instrumento público. Havendo opção pela carta de credenciamento, a licitante poderá utilizar o modelo contido no **Anexo V**

deste Edital.

d) A documentação necessária ao credenciamento arrolada na alínea "b", bem como a procuração por instrumento público constante da alínea "c", deverá ser apresentada por qualquer processo de cópia, desde que autenticadas por Cartório competente ou por servidor da Administração, mediante apresentação do original.

e) Tais documentos, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, deverão ser firmados por tantos responsáveis pela empresa quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.

f) Os documentos necessários ao credenciamento previstos no item 7.1 (Anexo V), declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo IV) e a declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo VII), deverão ser entregues ao pregoeiro juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, **em separado dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2. O representante não credenciado estará impedido de se manifestar e de responder pela licitante, inclusive de oferecer lances verbais, podendo participar somente com sua proposta inserida no envelope "PROPOSTA COMERCIAL".

7.3. Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa.

8. DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.1. A participação de **MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ocorrerá em obediência à Lei Complementar 123/2006 e ao seguinte:

8.1.1. A licitante deverá preencher e entregar Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos moldes do **Anexo VII**. A não apresentação da declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, sendo a mesma impedida de participar do certame.

8.1.2. Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, **ainda que esta apresente alguma restrição**, conforme estabelece a Lei Complementar n. 123/2006.

8.1.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** (Art. 43, §1º da LC 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016), cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.4. A não-regularização da documentação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (Art. 43, §1º da LC 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016), implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. DO ENVELOPE "PROPOSTA COMERCIAL"

9.1. A **PROPOSTA COMERCIAL** deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante, datilografado ou impresso, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, podendo ser utilizado o modelo que acompanha este Edital sob o título de Anexo II (Planilha de preços).

9.2. O **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada para a sessão pública deste pregão.

9.3. A Proposta comercial também deverá conter a razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados para contato, qualificação do representante legal

que assinará o contrato e dos prepostos que representarão a contratada durante a vigência do ajuste, banco, agência, praça de pagamento, conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

9.4. O endereço e CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

9.5. Os documentos comprobatórios da exequibilidade deverão ser apresentados juntamente com a proposta de preços.

9.6. O envelope "Proposta Comercial" deverá ser entregue na sessão pública designada no preâmbulo deste Edital, lacrado, contendo na parte externa identificação da licitante (razão social, endereço e CNPJ), com os seguintes dizeres:

ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL
CRP/04 - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017
RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ:
DATA DE ABERTURA: 07/11/2017 (terça-feira)
HORÁRIO: 10:00 horas (Horário de Brasília / DF)

10. DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"

10.1. As licitantes deverão entregar diretamente ao pregoeiro, a documentação especificada no Anexo III, em envelope próprio, lacrado, contendo na parte externa sua identificação (razão social, endereço e CNPJ), na sessão pública designada no preâmbulo deste Edital, com os seguintes dizeres:

ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO
CRP/04 - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017
RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ:
DATA DE ABERTURA: 07/11/2017
HORÁRIO: 10:00 horas (Horário de Brasília / DF)

11. CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

11.1. Fica facultada às detentoras do CRC (certificado de registro cadastral) dispensa da apresentação dos documentos exigidos no Anexo III (Documentação), desde que o referido

integre seu processo cadastral. Entretanto, o exercício desta faculdade torna obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do próprio CRC emitido por este Conselho, mesmo estando em perfeita regularidade a documentação constante do processo de registro neste Regional;
- b) Os documentos relacionados como necessários que não estiverem atualizados no seu cadastro no CRP/04, bem como aqueles que não tenham sido exigidos por ocasião do seu cadastramento;
- c) Para as microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser observado o disposto no Item 8 e subitens.

11.2. Os licitantes poderão requerer o seu cadastramento até, no máximo, o 3º (terceiro) dia útil anterior à data final para realização da sessão de julgamento, apresentando à Pregoeira envelope hermeticamente fechado e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE - DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO

AOS CUIDADOS DA PREGOEIRA DO CRP/04

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

DATA DE ABERTURA: 07/11/2017

HORÁRIO: 10:00 horas (Horário de Brasília / DF)

11.3. A documentação exigida para o cadastro será a prevista no Anexo III (Documentação) deste instrumento.

11.4. Caso não requeiram o cadastro em tempo hábil, os licitantes deverão levar a documentação completa do Anexo III (Documentação) à sessão de julgamento.

12. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

12.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais interessados, a pregoeira receberá a documentação para credenciamento dos representantes, as declarações de cumprimento dos requisitos de habilitação e de microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.1.1. Depois de declarado pelo pregoeiro o encerramento da fase de credenciamento, não será permitida a participação de novas licitantes.

12.2. - Em seguida, deverão ser entregues ao julgador os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO" com a posterior abertura dos primeiros. O pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, procederá à análise da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, com exceção do preço, desclassificando as incompatíveis.

12.2.1. A critério da Administração, poderão ser convocados outros servidores do órgão ou pessoas estranhas ao seu quadro de pessoal para emissão de pareceres técnicos.

12.3. No curso da sessão, das propostas que satisfizerem aos requisitos do item anterior, o pregoeiro classificará a autora da oferta de **MENOR VALOR POR ITEM** e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para a etapa de lances verbais.

12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão as autoras das melhores, pela ordem de classificação, até o máximo de três (incluída a de menor preço), oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

12.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas escritas, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

12.6. Será vedada a oferta de lance visando ao empate.

12.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada de forma sucessiva, em valores distintos, decrescentes e inferiores ao menor ofertado, sempre que o pregoeiro convidar, individualmente, de forma sequencial, o representante para fazê-lo, a partir da proposta de maior preço até a de menor.

12.7.1. O novo lance deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

12.7.2. O novo lance deverá ser estipulado com diferença mínima de 1% em relação ao menor preço anteriormente ofertado.

12.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da fase de lances e a manutenção do seu último preço, para efeito de ordenação das propostas.

12.9. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

12.10. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará sua aceitabilidade, comparando-o com a estimativa constante nos autos, procedendo à negociação com o particular para obter melhores condições para a Administração.

12.11. Após o encerramento da fase de lances e aceito o preço final proposto, se procederá do seguinte modo:

12.11.1. Será concedido o prazo de **48 (quarenta e oito) horas** para que a empresa classificada em primeiro lugar apresente a documentação solicitada neste item para análise pelo Pregoeiro.

12.11.2. O não encaminhamento da referida documentação no prazo estabelecido caracterizará desistência de proposta, ocasionando a desclassificação da proponente, bem como a sujeitando às sanções previstas neste Edital.

12.12. Em caso de divergências entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário, da mesma forma que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico, critério a ser observado quando do julgamento da proposta comercial.

12.12.1. As divergências citadas neste item serão registradas na ata da sessão de julgamento para conceder validade à respectiva proposta comercial.

12.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º

do art. 43 da Lei n. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

12.14. Comprovada a exequibilidade do preço ofertado, será vedada a realização de injustificadas repactuações que representem desvirtuamento dos itens constantes da planilha de custos e formação de preços elaborada pela empresa contratada.

12.15. Confirmado qual licitante apresentou a melhor proposta exequível, o pregoeiro procederá à abertura do envelope "Documentação" da licitante classificada em primeiro lugar, verificando se os documentos atendem às condições de habilitação fixadas.

12.16. No caso de não serem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor e o estimado para a contratação, devendo o pregoeiro negociar com o particular melhores condições para a Administração.

12.17. Caso o preço final não seja aceito ou ocorra a inabilitação da proponente que o tiver apresentado, o pregoeiro examinará o subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à análise da documentação necessária à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todos os termos deste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

12.18. Todos os documentos da empresa vencedora serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica, podendo qualquer licitante manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, conforme os termos do **Item 14**.

13. DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR POR ITEM**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

13.2. A licitante vencedora deverá apresentar PROPOSTA COMERCIAL readequadas ao valor final obtido após a fase de lances, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.

13.3. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio na mesma sessão.

13.4. Homologada a licitação, a Administração do CRP/04, decidindo pela contratação, encaminhará à adjudicatária a Nota de Empenho.

13.4.1. Se a licitante vencedora, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato, será convocada outra licitante, para efetivar a contratação, e assim sucessivamente, com fulcro no inciso XXIII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, sem prejuízo de serem aplicadas as sanções cabíveis, constantes neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. Anunciado o resultado do julgamento do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com o devido registro em ata da síntese das razões do recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentá-las detalhada e formalmente, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, ficando desde então assegurada vista aos autos.

14.2. O recurso deverá ser dirigido ao pregoeiro e entregue o original na sede do CRP/04, local onde será realizado o presente pregão presencial.

14.3. Ao pregoeiro caberá reconsiderar sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente informada, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do CRP/04 adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento para determinar a contratação.

14.5. A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quando do anúncio da vencedora do certame, para o

devido registro da síntese das razões em ata, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito na forma do Anexo VIII, Minuta de Contrato.

16. MULTAS

16.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato será considerada descumprimento de obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta comercial julgada vencedora, podendo ficar suspenso de participar em licitação e impedido de contratar com o CRP/04 pelo prazo de 02 (dois) anos, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em lei.

16.2. Pelo descumprimento de suas obrigações assumidas no contrato, a CONTRATADA estará sujeita às multas estabelecidas no Anexo VIII, minuta do Contrato, bem como do **Item 16.1** deste edital.

16.3. Os valores das multas aplicadas pelo CRP/04 com base no item acima serão deduzidos diretamente dos créditos que a CONTRATADA, eventualmente, for beneficiária ou, conforme o caso, cobrados por meio da ação judicial competente.

17. DO CONTRATO

17.1. O CRP/04 convocará o licitante vencedor para assinar o contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação efetivada pessoalmente ou via Correios, com comprovante, e/ou publicação no Diário Oficial da União, prorrogáveis por igual período, se solicitado pela parte e, desde que ocorra motivo justificado, aceito formalmente pelo CRP/04.

17.2. Caso o licitante vencedor não assine o contrato no prazo fixado, ficará sujeito à aplicação da multa, conforme previsto no **Item 16.1** deste instrumento, podendo o CRP/04

convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante classificado em primeiro lugar, inclusive quanto aos preços, ou decidir por revogar a licitação.

17.3. O contrato será elaborado pelo CRP/04, com base na minuta descrita no Anexo VIII, que faz parte integrante deste instrumento convocatório e que será adequado à necessidade do CONTRATANTE.

17.4. Farão parte das obrigações contratuais, independentemente de transcrição, todas as condições constantes no presente instrumento convocatório, seus anexos e na proposta comercial apresentada pelo licitante vencedor.

17.5. O atendimento ao objeto deste Pregão presencial deverá ser rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no respectivo contrato. A não observância dessa condição poderá implicar a não aceitação dos serviços, objeto do contrato, descabido à CONTRATADA inadimplente qualquer tipo de direito ou reclamação, não se responsabilizando o CRP/04 por qualquer indenização.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente Edital.

18.2. Assegura-se ao CRP/04 o direito de:

18.2.1. Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

18.2.2. Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei n.º 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

18.2.3. Adiar a data da sessão pública;

18.2.4. Aumentar ou diminuir a quantidade inicialmente solicitada, dentro do limite estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93,

mantidos os preços oferecidos na proposta final da licitante; e

18.2.5. Rescindir unilateralmente o ajuste, nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.3. As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

18.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, **não importará o afastamento da licitante**, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

18.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

18.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

18.7. Os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" das demais licitantes, retidos na sessão pública, estarão à disposição dos interessados a partir da publicação da homologação do certame no Diário Oficial da União, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Os envelopes não retirados após esse período serão destruídos.

18.8. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes.

18.9. Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei n.º 8.666/93.

18.10. A intimação dos atos relativos à presente licitação será efetivada mediante publicação no Diário Oficial da União, por meio do sítio eletrônico do CRP/MG (www.crp04.org.br) e/ou diretamente ao licitante com comprovação de recebimento ou ciência.

18.11. Os interessados poderão ter acesso ao texto integral deste instrumento convocatório no site do CRP/04, endereço: www.crpmg.org.br. Ainda, os interessados poderão ler o texto e obter outras informações na sede do CRP/04, localizado na Rua Timbiras, nº 1.532, 6º andar, bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, junto ao Setor de Compras e Licitação.

18.12. Face à natureza jurídica do CRP/04, bem como por força do disposto no artigo 55, §2º, da Lei 8.666/93, a Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, é a competente para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente certame e da execução do seu objeto.

19. ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL: PLANILHA DE PREÇOS (MODELO EXEMPLIFICATIVO DA PROPOSTA COMERCIAL)

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO V - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2017.

Dalcira P. Ferrão
Conselheira Presidenta
Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO I**

Confecção/Aquisição de **Canetas Customizadas** com a logomarca do CRP-04 conforme abaixo:

Quantidade: 15.000 (quinze mil) fornecidas parceladamente;

03 entradas de 5.000 unidades - durante 01 ano.

Previsão de pedidos com possibilidade de antecipação ou prorrogação das datas:

5.000 unidades em **novembro/2017**

5.000 unidades em **março/2018**

5.000 unidades em **julho/2018**

Descrição:

- Caneta esferográfica com tubo de tinta,
- corpo branco
- com detalhe e clipe na cor amarela
- impressão em Silk a 02 cores, 01 lado (preto e amarelo)
- com anel, ponteira e botão e metálicos
- com emburrachado na parte da frente na cor amarela.
- personalizada com o logotipo do Conselho
- logomarca fornecida pelo CRP-04



Confecção de **PASTAS INSTITUCIONAIS DE PLÁSTICO** - Campanha com logomarca fornecida pelo CRP-04, sendo:

- **Quantidade: 6.000 (seis mil peças), fornecidas parceladamente**
- 03 entradas de 2.000 peças - durante 01 ano.
Previsão de pedidos com possibilidade de antecipação ou prorrogação das datas:
2.000 unidades em **novembro/2017**
2.000 unidades em **março/2018**
2.000 unidades em **julho/2018**
- Material: PVC 020
- Cor: 4 x 1
- Formato: A4 (fechado) - **Pasta L**
- Acabamento: em solda eletrônica



ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS

Qtde	Descrição	Valor unitário	Valor total
15.000 unidades	Canetas		
6.000 unidades	Pastas		

PREÇO TOTAL POR ITEM: R\$ 0,00 (.... reais e centavos).

***VALOR:** sempre considerar duas casas decimais para os centavos, exemplo R\$0,00, na apresentação do preço por unidade e preço total.

***Colocar o valor do preço numérico e por extenso na apresentação do preço por unidade, preço total por mês, preço total por ano e preço total global.**

OBSERVAÇÕES:

1 - Para a composição dos preços devem ser consideradas as especificações e condições descritas no Termo de Referência e demais exigências deste edital.

2 - A proposta comercial deverá conter data, número do CNPJ (carimbo ou impresso) e assinatura do representante legal da empresa, bem como declaração de sua validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, conforme exemplo abaixo.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2017.

Assinatura:

Nome:

Empresa:

A empresa, CNPJ nº declara que a presente proposta comercial tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO
Documentação Necessária Para Habilitação

**DOCUMENTOS QUE NÃO EXPRESSEM A SUA VALIDADE SOMENTE
SERÃO ACEITOS SE EMITIDOS HÁ NO MÁXIMO 180 DIAS**

1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.1. Comprovação de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**, por meio do cartão CNPJ;

1.2. Comprovação de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

1.3. Comprovação de **regularidade tributária com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**, mediante a apresentação de certidão negativa de tributos;

1.4. Comprovação de **regularidade tributária com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante**, mediante a apresentação de certidão negativa de tributos;

1.5. Comprovação de **regularidade tributária com a Fazenda Nacional**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, incluídos os créditos tributários relativos às contribuições sociais (regularidade relativa à Seguridade Social), mediante a apresentação de **certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, conforme previsões da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 02/10/2014;

1.6. Comprovação de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (Certificado de Regularidade de Situação - CRS/FGTS).

1.7. Comprovação de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da legislação vigente, em destaque a Lei nº 12.440/2011.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de **documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de **diretoria em exercício** (CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO);

2.2. Declaração de que a licitante não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei nº 9.854, de 27/10/1999), nos moldes do Anexo VI.

2.3. Os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante, com o n. do CNPJ respectivo, conforme segue:

2.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

2.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

2.3.3. No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

2.4. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o dispositivo no Item 1 e respectivos subitens deste Anexo III.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo cartório competente do fórum da sede da pessoa jurídica.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. 03 (três) **Atestados de Capacidade Técnica**, emitidos por órgãos públicos ou instituições privadas e de diferentes administradores/proprietários que atestem o satisfatório fornecimento do objeto da mesma natureza do descrito no Termo de Referência (Anexo I). Os atestados devem conter o período do fornecimento, as especificações e observância quanto à qualidade do objeto. Os atestados devem ser apresentados em papel timbrado das respectivas pessoas jurídicas e com a identificação do seu CNPJ. Ainda, nos atestados deverão constar o nome, assinatura, cargo e telefone dos respectivos emissores/signatários. Serão considerados apenas os atestados de qualificação técnica que atenderem as condições ora estabelecidas. (NÃO HÁ PRAZO DE VALIDADE OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA)

4.1.1. Para os documentos relacionados no **subitem 4.1.** deste anexo (atestados de capacidade técnica) não se aplica a previsão do item anterior, ou seja, não é necessário que conste nos atestados prazo de validade e, caso os atestados tenham sido emitidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, também poderão ser aceitos, desde que atendam as condições ali fixadas.

4.1.2. A Pregoeira efetivará consulta no site da Receita Federal, a fim de verificar a correspondência dos números de CNPJ indicados nos atestados mencionados no **Item 1** e respectivos subitens deste Anexo III, emitidos pelas pessoas jurídicas, com os respectivos números cadastrados junto àquele órgão. Será aceito o atestado cujo número do CNPJ informado em tal documento coincida com o cadastrado junto à Receita Federal, além das outras condições descritas naqueles subitens.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1. Serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, expedidos há, no máximo, **180 (cento e oitenta)** dias que antecedam a data de apresentação das propostas comerciais.

5.2. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário do CRP/04, sendo reservado a este o direito de exigir apresentação dos originais

para conferência, ou comprovação da publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.3. Poderão ser inabilitados os licitantes que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras, ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências de habilitação.

5.4. Fica facultada às LICITANTES detentoras do CRC (certificado de registro cadastral) dispensa da apresentação dos documentos exigidos no Anexo III (Documentação), desde que o referido integre seu processo cadastral. Entretanto, o exercício desta faculdade torna obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

5.4.1. Cópia do próprio CRC emitido por este Conselho, mesmo estando em perfeita regularidade a documentação constante do processo de registro neste Regional;

5.4.2. Os documentos relacionados como necessários que não estiverem atualizados no seu cadastro no CRP/04, bem como aqueles que não tenham sido exigidos por ocasião do seu cadastramento;

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

Ref.: Pregão Presencial n° 05/2017.

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que:

(assinalar SOMENTE UM dos campos abaixo, conforme se enquadre)

() cumpre plenamente os requisitos de habilitação referentes à licitação em epígrafe.

() na condição de microempresa/empresa de pequeno porte cumpre plenamente os requisitos de habilitação referentes à licitação em epígrafe.

() na condição de microempresa/empresa de pequeno porte, encontra-se em situação regular de habilitação referente à licitação em epígrafe, ressalvada a existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal, comprometendo-se a promover a sua regularização caso se sagre vencedora do certame.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do responsável

ANEXO V – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, designamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida por _____, como representante da empresa _____, no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial 03/2017, podendo formular lances verbais em complemento à proposta escrita apresentada, quando convocado(a), e ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de interpor recurso e apresentar impugnação a recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Outorgante

Nome: R.G.:

Cargo:

Deverá acompanhar a Carta de Credenciamento:

- Procuração (nos casos de Representante);
- Cópia do Estatuto ou Contrato Social da empresa proponente;
- Carteira de Identidade ou documento equivalente do (a) credenciado(a).

Observação: Tais documentos, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, devem ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.

**ANEXO VI -
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

(Papel Timbrado - opcional)

DECLARAÇÃO

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

_____, em ___ de _____ de 2017.

Assinatura do responsável

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO VII -
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.)], endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC n.º 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do responsável

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO

Ref. PREGÃO PRESENCIAL 05/2017.

O **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP/MG) - 4ª REGIÃO**, Autarquia Federal inscrita no CNPJ sob o nº 37.115.474/0001-99, com sede na Rua Timbiras, nº 1532, 6º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por sua Conselheira Presidenta, _____, portadora do CPF _____, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, Município _____, Estado _____ CEP _____, neste ato representado por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, vinculado ao processo administrativo nº 104/2017. O presente contrato observa as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, os preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e demais legislação pertinente.

1. DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de canetas customizadas e pastas institucionais, devendo obedecer ao disposto no Termo de Referência Pregão Presencial 05/2017.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. As obrigações da CONTRATADA previstas nesta cláusula não excluem as demais estipuladas neste instrumento.

2.2. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus funcionários envolvidos no cumprimento de suas obrigações ora assumidas, bem como pelo recolhimento de todos os tributos que incidam e que tenham como fato gerador a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

2.3. Manter as condições de regularidade fiscal, econômica e financeira exigidas no Art. 27 da Lei 8666/1993.

2.3.1. A CONTRATADA deverá comunicar ao contratante, **no prazo de 10 (dez dias)**, da alteração de qualquer de suas condições de habilitação previstas no Art. 27 da Lei 8.666/1993.

2.3.2. A CONTRATADA deverá encaminhar, **no prazo de 10 (dez) dias**, cópia de qualquer alteração em seus atos constitutivos, de qualquer informação de seu Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ), bem como em seu endereço à sede do CONTRATANTE;

2.3.3. Os documentos relativos às alterações na habilitação previstas nos itens 2.3.1 e 2.3.2 que tiverem autenticação digital poderão ser encaminhados por via eletrônica.

2.4. Caso a CONTRATADA descumpra as obrigações previstas no item 2.3, o CONTRATANTE poderá suspender os pagamentos da CONTRATADA até que haja a regularização da situação.

2.5. Reparar, restituir ou indenizar qualquer dano causado a bens de propriedade do CONTRATANTE, em razão da ação ou omissão de seus funcionários, quer tenha agido com culpa ou dolo, bem como lesão material e/ou moral causada a terceiros.

2.6. Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

2.7. No caso de a CONTRATADA recusar-se a corrigir os defeitos, omissões ou falhas do serviço, o CONTRATANTE poderá promover a rescisão contratual por culpa daquela, aplicando-lhe as penalidades previstas neste instrumento e outras permitidas por lei, em processo administrativo a ser instaurado, além de requerer em ação judicial competente as perdas e danos pelo descumprimento das obrigações por ela assumidas, podendo ainda o CONTRATANTE se ressarcir dos prejuízos, ou parte deles, com a retenção do pagamento de eventual crédito ainda devido à CONTRATADA.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. As obrigações do CONTRATANTE previstas nesta cláusula não excluem as demais estipuladas neste instrumento.

3.2. Efetuar o pagamento do preço, conforme previsto no **item 6.1**, e no Anexo II (Planilha de Preços Pregão Presencial 05/2017), em favor da CONTRATADA, nos moldes estabelecidos nos **item 9 e seus subitens**.

3.3. Indicar Representante/Fiscal para acompanhar a execução do objeto do contrato.

3.4. Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias para o fornecimento do objeto deste contrato.

4. DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A entrega do objeto licitado deverá ser realizada na sede da licitante localizada na rua Timbiras, n. 1532, 6º andar, bairro Lourdes, CEP30.140.061, mediante apresentação da Solicitação de Fornecimento, emitida pelo setor de compras;

4.2. O recebimento do OBJETO deste contrato será efetuado por servidor indicado na Solicitação de Fornecimento, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções;

4.3. No ato do fornecimento, deverá ser emitida a Nota Fiscal;

4.4. Na ocorrência de atrasos na entrega, o CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato;

4.6.A Licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do presente contrato tem **início em** __/__/2017 **e término em** __/__/2018.

5.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

6. DO PREÇO

6.1. O preço para a aquisição do objeto, ora contratado, é fixado no montante de **R\$** _____. O detalhamento do preço está no Anexo II (Planilha de Preços Pregão Presencial 05/2017).

6.2. Os valores de todos os encargos fiscais e tributos incidentes sobre a execução do objeto deste contrato estão incluídos no preço estabelecido no **item 6.1.**, e no Anexo II (Planilha de Preços Pregão Presencial 05/2017), sendo de exclusiva responsabilidade de a CONTRATADA arcar com os respectivos recolhimentos frente aos órgãos públicos competentes para arrecadá-los.

7. DA REPACTUAÇÃO

7.1. É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

7.2. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

7.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

7.4. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

7.4.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

7.4.2. As particularidades do contrato em vigência;

7.4.3. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

7.4.4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
e

7.4.5. A disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.

8. DO VALOR

8.1. O valor do presente contrato é fixado em **R\$**
_____.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento do preço será efetivado em até 15 (quinze) dias após o fornecimento do objeto pela CONTRATADA, após certificada a adequação dos mesmos, após a emissão do "aceite" pelo CONTRATANTE.

9.2. O pagamento da fatura no prazo será interpretado como aceite tácito da prestação de serviços pelo CONTRATANTE.

9.3. O CONTRATANTE somente efetivará o pagamento, mediante a apresentação, por parte da CONTRATADA, da respectiva nota fiscal, **respeitados os termos do item 2.3 e seus subitens.**

9.4. O CONTRATANTE fará a retenção dos tributos federais das notas fiscais, cabendo à CONTRATADA realizar o recolhimento dos demais tributos incidentes sobre o objeto contratado aos órgãos públicos competentes para arrecadá-los.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa do CONTRATANTE necessária ao adimplemento de sua obrigação financeira originária deste contrato correrá à conta da **dotação orçamentária nº 6.2211010403001018.**

11. DA RESCISÃO

11.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

11.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Se o CONTRATANTE rescindir o contrato pelo descumprimento das obrigações da CONTRATADA, após garantida a prévia defesa da segunda, o primeiro poderá aplicar as seguintes sanções:

12.1.1. Multa, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

12.1.2. Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou, até em prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.2. As penalidades previstas nos itens 12.1.1; 12.1.2; 12.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente.

12.3. Caso a CONTRATADA descumpra os prazos estabelecidos neste instrumento, seja por culpa ou dolo, ficará sujeito à aplicação de multa no percentual 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, incidido sobre o valor total do contrato.

11.3.1. O valor total da multa prevista no item 11.3., caso aplicada, não ultrapassará o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato.

12.4. Os valores das multas porventura aplicadas pelo CONTRATANTE em desfavor da CONTRATADA serão deduzidos diretamente dos créditos que essa, eventualmente, for beneficiária.

12.4.1. Caso seja aplicada a penalidade de multa em desfavor da CONTRATADA, e não

sendo possível efetivar a previsão do item 14.7., o valor apurado deverá ser pago pela mesma a favor do CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da respectiva notificação, sob pena de serem efetivadas pelo CONTRATANTE as medidas judiciais cabíveis para a cobrança da penalidade aplicada.

13. CESSÃO DO CONTRATO

13.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente CONTRATO, sem a prévia anuência, por escrito, do CRP/04.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente contrato, em cumprimento com o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial da União.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contrato poderá sofrer alterações que serão formalizadas em termos aditivos ajustados entre as partes, respeitados os preceitos legais.

14.2. A tolerância ou o não exercício pelo CONTRATANTE de quaisquer direitos lhe assegurados neste contrato, ou na legislação, não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo exercitá-los a qualquer tempo.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito pelas partes o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e da execução de seu objeto.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para gerar seus efeitos.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS - 4ª REGIÃO

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha: _____

Testemunha: _____